

Samery é contra diretas-já no DF

Para ele, governador só deveria ser eleito em 90, com os demais

GUIOMAR CAMPELO
Enviado Especial

O presidente José Sarney é contrário à realização de eleições para governador do Distrito Federal este ano, como vêm propondo os constituintes de Brasília, com o apoio de toda a população. O Presidente considera as eleições este ano muito prematuras sob o argumento de que provavelmente não haverá tempo para o Congresso Nacional regulamentar a matéria.

Esta manifestação o Presidente fez à deputada Márcia Kubitschek, do PMDB-DF, durante o voto que trouxe a comissão presidencial a Nova Torque para a assembleia da ONU, onde o presidente José Sarney fará hoje pela manhã o seu primeiro e único pronunciamento na reunião. A deputada relatou, após o encontro com o Presidente, que a posição de Sarney é de que é um pouco precipitado realizar eleições para governador do DF este ano, observando que o ideal seria que a escolha do sucessor do governa-

dor José Aparecido ocorresse na mesma época da eleição dos demais governadores, ou seja em 1990.

O Presidente observou, porém, à representante de Brasília que não gostaria de se manifestar sobre o assunto para que a sua posição não tivesse qualquer reflexo quando da votação pela Constituinte do capítulo das Disposições Transitórias. "Ele tem um pouco de medo", disse a deputada, referindo-se ao comportamento do presidente José Sarney. A própria deputada tem receio de que a matéria possa ser votada e ao mesmo tempo venha a ser regulamentada para que as eleições se realizem.

Márcia Kubitschek manifestou sua opinião ao Presidente, de que todos em Brasília, desde os constituintes até a população, desejam a realização de eleições este ano. "Mas vai depender muito dos constituintes, pois nós somos apenas 9 deputados do DF contra 550 da Constituinte", observou a parlamentar brasileira.

EUGENIO NOVAES



Até o painel eletrônico falhou e precisou de reparos. Mas não impediu a verificação de quorum

Decisão ainda vai demorar

Depois de uma semana em alta, a campanha das diretas-já para o Distrito Federal, apoiada por 354 parlamentares, entra em processo de banho-maria. Esvaziada, a Constituinte não consegue quorum para votação de qualquer matéria. Jogando a definição sobre a data das primeiras eleições para governador e deputados distritais de Brasília para, no mínimo, meados da semana que vem.

Para garantir os 280 votos em plenário favoráveis à emenda que fixa essa data para 15 de novembro deste ano, a bancada do DF está trabalhando junto às lideranças partidárias a fim de que a matéria entre em votação no mesmo dia em que será apreciada a questão da anistia — um dos pontos mais polêmicos que restam para votação nas Disposições Transitórias.

Segundo avaliações do deputado Augusto Carvalho (PCB-DF), autor da emenda que foi aprovada pela Comissão de Sistematização prevendo a realização do pleito em novembro de 88, neste momento, mais importante do que se discutir quem vai assinar ou defender a emenda, é trabalhar no sentido de segurar de 380 a 400 constituintes no plenário no dia da votação, para não se colocar em risco a obtenção dos 280 votos favoráveis.

O senador Meira Filho (PMDB-DF), que é também autor de uma emenda que fixa a data para essa primeira eleição em até 60 dias após a promulgação da nova Carta, informou que já não sustenta mais essa proposta, preferindo trabalhar em cima da emenda de Augusto Carva-

lho. Quanto ao esvaziamento da Constituinte, nestes dias, o senador não acredita que poderá desaquecer a questão a ponto de reverter a situação. "São nuances da vida parlamentar", disse ele.

Mas a deputada Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF) se preocupa mais com essa situação: "Pode esfriar, o que não é bom". Ela também acha que agora é a vez do trabalho de plenário. "Só que precisa ter plenário de verdade e não um plenário assim, sem quorum", analisou a deputada, olhando para o plenário quase vazio de ontem à tarde. Abadia disse que tem se ocupado em conversar com as lideranças partidárias, informando que já estão fechados com as diretas-já para o DF todos os partidos de esquerda e a bancada feminina.

A vinculação das diretas 88-DF com a anistia (os dois artigos são próximos) é, na opinião de Augusto Carvalho, a melhor estratégia, considerando-se principalmente dois pontos: primeiro, o pequeno tamanho da bancada do DF (são apenas 11 parlamentares), que não consegue impor uma situação, por si só; segundo, porque na sua visão poucos são os parlamentares que permanecerão em Brasília durante todo o tempo de votação das Disposições Transitórias.

"Quanto terão interesse em votar emendas do tipo Colégio Pedro II (se deve ou não ficar na alçada do governo federal); criação do Estado do Triângulo ou trem da alegria? A Constituinte pode empacar e muita coisa corre o risco de não ser votada", concluiu o deputado brasileiro.



Israel Pinheiro e Chico Humberto: no braço

Triângulo provoca briga de mineiros

A criação do Estado do Triângulo, que divide a bancada de Minas Gerais, passou a disputa política para o confronto físico. No final da sessão de ontem, o deputado Chico Humberto (PDT/MG), que defende a divisão do Estado, agrediu a socos e pontapés o deputado Israel Pinheiro (PMDB/MG), um dos integrantes do bloco prorrogação de Minas. "Você é um cachorro", provocou Israel, já quase fora do plenário. Chico respondeu: "Cachorro é a sua mãe". A discussão parecia não ir além da troca de insultos verbais, mas de um grupo de parlamentares e jornalistas, Chico Humberto partiu em direção ao seu colega de bancada. "Eu te mostro quem é cachorro", gritou, tentando acertar o rosto de Israel. Imediatamente a turma do deixa disso entrou em ação. O senador Mário Covas e o deputado Rosa Prata se-

guraram Israel Pinheiro, enquanto Chico Humberto era retirado do plenário por outros parlamentares. "Você está parecendo paulista, e não mineiro", brincou Covas com Israel.

Minutos depois, o deputado Chico Humberto acusou o parlamentar de sua bancada de ter passado a sessão tentando provocar o deputado. "Quer ensinar o deputado a ser cortês e educado. Quis mostrar como deve ser o comportamento de um parlamentar. Acho que a partir de agora ele vai aprender a tratar um homem da minha origem. Foi mais um ensinamento", disse o deputado do PDT. Já Israel, explicou que Chico Humberto ficou inconformado com a perspectiva de não conseguir criar o Estado do Triângulo. "Ele, que não tem experiência parlamentar, ficou magoado e irritado e me agrediu. Eu tive que reagir", concluiu.

Senado votará eleições após paralisação

As sessões, tanto da Câmara, quanto do Senado, foram suspensas mais cedo, na manhã de ontem, devido a requerimentos que solicitavam esse procedimento. O motivo, nos dois casos, foi a morte do senador Virgílio Távora (PDS/CE), na sexta-feira passada. A sessão da Câmara durou apenas 20min., com alguns pronunciamentos; enquanto a do Senado foi um pouco mais longa, marcada apenas pelo discurso do senador Mauro Benevides (PMDB/CE), que acabou sendo longo devido aos inúmeros apartes.

Hoje, porém, o Senado deverá votar o projeto de lei que regulamenta as eleições municipais.

Iniciando às 9h, a sessão da Câmara foi suspensa apenas 20min., depois devido à solicitação feita pelos poucos parlamentares presentes. Na série de pronunciamentos lamentando a morte de Virgílio Távora, a única nota diferente veio do deputado Amauri Müller (PDT/RS), que lamentou também o assassinato do deputado estadual José Antônio Daudt (PMDB/RS), morto a tiros na noite de sábado, em Porto Alegre.

Já no Senado Federal, o senador Mauro Benevides fez um longo discurso, onde destacou as qualidades do ex-colega, Virgílio Távora. Durante o pronunciamento, diversos parlamentares pediram apartes, para reforçar as palavras de Benevides. Os principais líderes partidários, como Fernando Henrique Cardoso (PMDB) e Marco Maciel (PFL), se manifestaram, durante os trabalhos.

Após o discurso, o senador Mauro Benevides estava mais preocupado com a presidência da Constituinte, que ele assume pela sétima vez, devido a uma ausência do deputado Ulysses Guimarães. Demonstrando otimismo com relação ao trabalho que terá, o senador cearense garantiu que nesta semana as votações avançarão. "Eu não acredito em falta de quorum, a partir desta terça-feira. Creio, mesmo, que haja interesse de todos em apressar ao máximo as nossas decisões", assegurou Benevides.

Adiar votação é um estupro, afirma Cabral

Salvador — O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), considerou ontem, em Salvador, "um estupro à vontade popular" qualquer tentativa de adiamento das eleições municipais previstas para este ano. Cabral observou que o adiamento é politicamente possível, mas "tecnicamente representaria um desastre, porque o povo quer eleger seus novos prefeitos e vereadores em novembro próximo".

Bernardo Cabral disse também não acreditar que os avanços sociais e as garantias dos direitos individuais conquistados no primeiro turno da Constituinte sejam retirados no segundo turno de votação, quando cada constituinte poderá apresentar até quatro emendas supressivas. Na opinião dele, todos os direitos conquistados através de acordos entre as lideranças partidárias serão preservados, "porque até agora tudo o que as lideranças liberaram tem sido cumprido".

Cabral acha que podem ser suprimidas conquistas alcançadas pelo voto, como licença-paternidade, jornada de seis horas e direito de greve.

Sem quorum e Ulysses, a Constituinte pára

Já prevendo a interrupção dos trabalhos de votação pela ausência do presidente Ulysses Guimarães, 409 constituintes não compareceram à sessão de ontem, formalizando o hábito de todas as segundas-feiras e ao mesmo tempo, antecipando como será a semana seguinte à aprovação do mandato de Sarney. O 1º vice-presidente da Constituinte, senador Mauro Benevides, garantiu aos 150 presentes que está regimentalmente habilitado para assumir a presidência dos trabalhos, desde que haja quorum para a apreciação de matérias constitucionais. No entanto, muitos duvidam que o plenário voltará a ter a presença da maioria dos parlamentares, como ocorreu na última quinta-feira para a definição do mandato presidencial.

"Certamente a sessão está prestes a se encerrar, natural e lentamente, como um reflexo da situação política do País depois da vitória dos cinco anos", previu o deputado José Genoíno (PT-SP) às 15h de ontem, uma hora e meia antes de Benevides encerrar os trabalhos por absoluta falta de quorum. Até o painel eletrônico estava ontem com defeito, apesar de ter permitido a realização da verificação de quorum. Com alguns circuitos queimados, ele registrou por conta própria 12 nomes de constituintes, que foram consignados na lista do computador sem os respectivos parlamentares digitarem seus nomes.

Genoíno apelou que os constituintes compareçam para a apreciação de matérias importantes das Dis-

posições Transitórias, como a questão da anistia. "A sessão terminará daqui a pouco por falta de assunto, senhor presidente", disse ao deputado Jorge Arbage que presidia os trabalhos. "Noticiam que só voltaremos a votar com o retorno do presidente Sarney, liberando Ulysses Guimarães para a Constituinte. Se é isto, que se diga ao povo o porquê desta demora. Suspensa as sessões e nós ficamos liberados para outros trabalhos", ressaltou.

Meia hora depois, o líder do PMDB, senador Mário Covas, também apresentava a mesma reivindicação, pedindo verificação de quorum. "Eu ouvi, ao longo da semana, denúncias de que estamos obstruindo a votação. Mas tão logo se votou o mandato, não há mais quorum. É bom que se divulgue as listas de presença para que todos saibam quem é que obstruiu os trabalhos da Constituinte", advertiu o senador. Mauro Benevides, que já presidia a sessão, deu a mesma resposta de Arbage a Genoíno: "Independente de quem preside a sessão, a votação só pode ocorrer com 280 em plenário. Faremos verificação às 16h30, como é costume às segundas-feiras".

A espera da verificação de quorum, 25 constituintes tiveram tempo de usar os microfones para pronunciamentos diversificados. Neste pinga-fogo, muitos parlamentares lamentaram o assassinato do deputado estadual José Antônio Daudt (PMDB-RS), morto na madrugada de sábado. A Mesa se solidarizou com a lembrança. Também o deputado Renan Calheiros (AL) usou a tribuna para

anunciar seu desligamento do PMDB, medida já antecipada pelo governador Fernando Collor após a aprovação do mandato presidencial.

Por volta das 15h30, a deputada Beth Azize (PSB-AM) levantou uma questão que provocou a posterior resposta do senador Roberto Campos (PDS-MT). Ela considerou uma "ofensa pública" às mulheres o título de um artigo assinado pelo senador e publicado pela Folha de S. Paulo no último dia 2. "Elas gostam de apanhar", título também de uma das obras de Nelson Rodrigues, foi utilizada pelo senador, segundo suas explicações, como uma forma de debater um tema constitucional "com graça e sem aridez". Ele citou esta expressão para ilustrar sua interpretação do dispositivo aprovado pelo plenário que estabelece, como dever do Estado, criar mecanismos que impeçam a violência no âmbito familiar, bem como outros direitos sociais que considera inadequados a uma Constituição.

"Muitos dispositivos da ordem social vão fazer as mulheres apanhar, mas não de mim ou dos meus, mas do mercado de trabalho, porque transformaram a Constituição em uma CLT. Só as licenças às gestantes e aos pais vão fazer os casais apanhar", ressaltou. "Vamos chegar a um ponto que as empresas, para contratar uma mulher, vão exigir certificado de virgindade, ou de ligadura de trompas, ou ainda, o que seria até surpreendente, vão finalmente fazer justiça às coroas", concluiu.

Emenda reduz mandato na eleição municipal

Os deputados Gilson Machado (PFL/BA), Arnaldo Martins (PMDB/RO) e Rosa Prata (PMDB/MG) divulgaram ontem uma fusão de emendas que reduz de quatro para dois anos os mandatos dos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores a serem eleitos em 15 de novembro próximo. De acordo com o texto da fusão esses políticos poderão ser reeleitos para os mesmos cargos, no período imediatamente subsequente, que será de quatro anos, nos termos da lei. Na prática, a fusão de emendas institui o mandato-tampão de dois anos e faz coincidirem as eleições municipais e para governadores, deputados federais e estaduais e senadores em 1990.

Queremos com esta proposta permitir a conclusão da fase de transição sem violentar mandatos, e estando os ou recolhendo-os, explicou Rosa Prata, que considera a emenda "muito charmosa". Segundo ele, trata-se de um texto que tem "um componente político muito grande, pois permite o realinhamento partidário, após a Constituinte, e também deixa que os eleitos, com a reforma tributária que aprovamos, façam boas administrações, independente de mandato curto, podendo concorrer a reeleição".

O deputado Rosa Prata informou que a emenda está sendo "absorvida com muita simpatia" pelos constituintes e que em contatos com lideranças já obteve apoio de "significativa

parcela do PMDB e da liderança do PFL". Para Rosa Prata, a aprovação da fusão significará, por tabela, a realização de eleições gerais em 1994. "Isto se repetiria de 20 em 20 anos. Quer dizer: teríamos, de tempos em tempos, uma renovação completa em todos os níveis", afirmou. De acordo com o parlamentar mineiro, a única diferença existente entre a fusão proposta e outra emenda de autoria do deputado César Cals Neto (PDS/CE) é que esta determina, desde já, o direito à reeleição dos prefeitos, vereadores e vice-prefeitos escolhidos para mandatos-tampão, enquanto que aquela remete a definição para a lei. "Sem essa remissão é muito difícil aprovar a proposta. Quanto mais você particulariza o tema, mais dificulta a aprovação. E melhor deixar somente princípios", defendeu.

O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), que é contra a aprovação de um mandato-tampão, reconhece, porém, que a proposta vem ganhando força na Constituinte. "A oportunidade de uma reeleição pode facilitar a aprovação. Há o perigo de tal proposta sensibilizar os 150 constituintes que são candidatos a prefeituras e também os que defendem o princípio da coincidência de eleições", avaliou. Passarinho, após encontro com o presidente interno da República, deputado Ulysses Guimarães, no Palácio do Planalto, retornou ao Congresso com a

orientação de conversar muito com os líderes para discutir a questão das eleições. "O presidente Ulysses é muito mineiro e não deixou transparecer se é ou não favorável ao mandato-tampão. Mas sei que ele é favorável à realização de eleições em 88", informou.

Se a tese da redução dos mandatos dos eleitos em novembro próximo encontra apoio no PFL, e em alguns setores do PMDB, o mesmo não ocorre nos partidos de esquerda. O vice-líder do PDT, deputado Valdo Barbosa, por exemplo, diz que seu partido acha que "eleição de prefeito deve ser separada das demais. E localizada, trata de problemas locais". Para o vice-líder, as propostas de mandato-tampão não devem ter muita chance de aprovação. "Pelo menos esperamos que não", disse.

Já o deputado José Genoíno, vice-líder do PT, entende que "prorrogação e mandato-tampão são sinônimos de casuismo". Na opinião de Genoíno, em dois anos é impossível que um prefeito desenvolva qualquer plano, a não ser o de sua reeleição. "Como o quorum está baixo, acho difícil aprovar essa proposta", disse. "Eles não conseguem reunir 280 votos", avaliou. O deputado petista defendeu que se a ideia é fazer coincidirem diversas eleições, que "façamos eleições gerais já — ou pelo menos que tragamos a eleição do presidente da República para o final deste ano".

Olívio quer que o PT assine a Carta

Porto Alegre — O presidente nacional do PT, Olívio Dutra, disse ser prematura a proposta de alguns setores do partido de não assinar nova Constituição. Ele entende que não se pode apenas analisar o texto final, mas deve ser feita uma avaliação de todo o processo constituinte. Para Olívio, o novo texto constitucional ficou aquém da expectativa das esquerdas, mas, levando-se em conta a representação numérica na assembleia, foi além de se prever.

Segundo Olívio Dutra, a direção nacional quer que os militantes debatam melhor a questão institucional e continuem fazendo pressões, pois ainda não foram votadas todas as disposi-

ções transitórias e também haverá o segundo turno de votações.

— Nós temos que trabalhar muito para garantir as conquistas já obtidas e até mesmo fazer modificações. Por exemplo, não podemos deixar na Constituição a proibição de desapropriações de latifúndios produtivos. Esta questão deverá ser levada para a lei ordinária. Os lobbies conservadores vêm atuando num crescendo e os trabalhadores não podem se desmobilizar — explicou o deputado gaúcho.

Candidato do PT à prefeitura de Porto Alegre, Olívio está convicto de que as eleições municipais sairão ainda este ano.

Carta falsa chama vereadores

Porto Alegre — Vereadores de todo o país estão recebendo mensagens falsas convocando-os a comparecerem em Brasília esta semana para participar de uma campanha que seria patrocinada pela União dos Vereadores do Brasil (UVB) em favor da prorrogação de seus mandatos. A denúncia recebida pela vereadora Jussara Cony, do PC do B, secretária-geral da UVB, indica que per-

mentares de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Pará receberam telegramas.

Acusando uma "articulação de direita" que estaria deflagrando a "campanha apócrifa", Cony esclareceu que a União dos Vereadores do Brasil decidiu, no seu congresso realizado em Natal, em novembro do ano passado, posicionar-se contra a prorrogação dos mandatos.